

ANC ANC X



Agripino Maia, Nilson Gibson, Roberto Freire e Expedito Machado: unidos para lutar pelo Nordeste

# Nordeste vai levantar a voz

## Constituintes querem um novo tratamento para a região

RITA NARDELLI  
Da Editoria de Política

Convencidos de que a Constituinte é um momento fundamental na luta por soluções para o desenvolvimento de sua região, os parlamentares nordestinos começam a preocupar-se com propostas constitucionais que garantam mais recursos ao Nordeste. Esta semana, a bancada na Câmara, formada por 151 deputados, reúne-se para discutir questões conjunturais e criar uma comissão destinada a coordenar o recebimento das sugestões para a nova Constituição. Ao mesmo tempo, os nordestinos empenham-se em garantir vagas, sobretudo, na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, fórum apropriado para as iniciativas que pretendem defender.

Algumas idéias já estão em pauta. O senador José Agripino Maia (PFL-RN), ex-governador, pretende estabelecer um preceito constitucional segundo o qual a destinação dos recursos públicos será proporcional à população das regiões — o Nordeste reúne 33 por cento da população do País. Agripino acha que "chegou a hora de uma nova postura política recuperando para o Nordeste o que lhe foi subtraído ao longo do tempo", como os incentivos fiscais.

— Com a abertura democrática, a posição do Nordeste cresce muito, porque é uma região politicamente muito forte — analisa o senador, para quem haverá uma união suprapartidária dos constituintes nordestinos.

O senador, entretanto,

sabe das dificuldades que os representantes do Nordeste enfrentarão em determinadas votações. E deu um exemplo.

— Na hora em que se tocar na questão da mudança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, que penaliza o estado consumidor em favor do estado produtor, São Paulo vai armar barricadas — prevê.

O deputado José Carlos Vasconcellos (PMDB-PE) tem propostas bem definidas e já consolidadas em livreto, que, "sob uma ótica nordestinamente brasileira, servem para diminuir a perversa diferença de vida entre regiões e seres humanos". Entre as sugestões de dispositivos constitucionais feitas pelo parlamentar pernambucano, está a regionalização do orçamento da União: "A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que a discriminará por estado e território, com base no coeficiente individual de proporcionalidade resultante de dois fatores — o representativo da população, e o representativo do inverso da renda per capita".

José Carlos Vasconcellos quer ainda que a Constituição defina que, ouvidos os governos estaduais, as agências de desenvolvimento regional elaborarão planos diretores de desenvolvimento econômico e social que serão submetidos à aprovação do Congresso Nacional.

Na parte relativa a incentivos fiscais, o deputado propõe que a pessoa jurídica deduzirá 50 por cento do Imposto de Renda devido, de adicionais não-restituíveis, de parcelas do

Imposto de Renda recolhidas fora do exercício financeiro correspondente, e de multas devidas por atraso de recolhimento do imposto, destinando 25 por cento ao Fundo de Investimento do Nordeste ou ao Fundo de Investimento da Amazônia, para aplicação em projetos de interesse para o desenvolvimento econômico e social das regiões; e 25 por cento ao Fundo de Investimentos do Trabalhador do Nordeste e ao Fundo de Investimentos do Trabalhador da Amazônia, para a formação do patrimônio individual dos empregados, a serem aplicados em unidades de pequeno e médio portes, de interesse para o desenvolvimento econômico e social das regiões.

José Carlos Vasconcellos pretende fazer contatos com secretários de Fazenda, governadores, presidentes e líderes partidários nas assembleias legislativas, além dos constituintes, para uma mobilização em torno de suas propostas. E acredita que a partir da formação das comissões constitucionais, os nordestinos irão se unir. Esta é também a previsão do deputado José Luiz Maia (PDS-PI), que defende a destinação de 3 por cento do orçamento da União para a região. Ele defende ainda a previsão, na nova Constituição, de recursos para aplicação na política agrícola.

— Cansamos de dizer que o Nordeste é pobre. Está em nossas mãos uma tomada de posição para a solução do problema.

A bancada do PMDB no Ceará também está preocupada com a questão nor-

destina, e aguarda um estudo de técnicos para apresentar um projeto constitucional. Segundo o deputado Expedito Machado, a intenção é associar critérios políticos ao trabalho dos assessores para o encaminhamento de propostas "que levem o Nordeste a deixar de ser uma figura retórica, para passar a ser uma prioridade nacional". A idéia é mobilizar os governadores e todos os constituintes do Nordeste.

Para voltarmos com a cabeça erguida para nossas regiões sofridas — diz Machado — temos que ter um procedimento diferente.

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) sustenta que os nordestinos não devem ficar "de mãos estendidas", mas precisam trabalhar e "canalizar indústrias" para a região. O deputado Roberto Freire (PCB-PE) também defende uma política de descentralização industrial.

— O Nordeste tem que se mobilizar, não para manter essa política tradicional que revelou-se ineficaz, de recolhimento de migalhas do Poder Central. O que é importante é uma política nacional que vise à redução das disparidades com coisas bem concretas, como a descentralização industrial, afirma.

Freire acredita que o momento é importante para a busca de soluções para o Nordeste, porque os novos governadores "podem começar a ter um papel diferenciado, já que são menos vinculados às oligarquias, e representam setores mais democráticos".